



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO / SEDUC-AM
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DEPPE
Gerência de Educação Escolar Indígena

PROJETO PIRA-YAWARA

Programa de Educação Escolar Indígena

Capacitação da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação no contexto da Educação Escolar Indígena

**RELATÓRIO
DE
VIAGEM**

SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ / AMAZONAS
Novembro - 1999

PROJETO PIRA-YAWARA

Programa de Educação Escolar Indígena



Professores e técnicos das SEMED's participando de trabalho de grupo.

Capacitação da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação no contexto da Educação Escolar Indígena



Amazonino Armando Mendes
GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Vicente de Paulo Queiroz Nogueira
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

M^a do Perpétuo Socorro Duarte Marques
SECRETÁRIA EXECUTIVA DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

Maria Stela Brito Cyrino
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DEPPE

Arlene Silva Oliveira Bonfim
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

APRESENTAÇÃO

Este documento tem como finalidade apresentar o resultado das atividades desenvolvidas durante a capacitação da equipe técnica das Secretarias Municipais de Educação de Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga, discussões, questões levantadas e encaminhamento de proposições para uma política de educação escolar nas áreas indígenas, bem como fornecer um conjunto de informações que possam subsidiar as Secretarias Municipais de Educação, na estruturação do seu Sistema de Ensino, ao estabelecer e incluir normas específicas para as escolas indígenas, que garantam a implantação e a implementação de uma educação diferenciada e de qualidade.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Meta: Fortalecimento da Equipe Técnica das Secretarias Municipais de Educação, com fins de apoiar as ações educativas a serem desenvolvidas nas comunidades indígenas.
2. Evento: Capacitação da Equipe Técnica das Secretarias Municipais de Educação do Alto Solimões (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins), no contexto da Educação Escolar Indígena.
3. Município-Pólo: Santo Antônio do Içá/AM
4. Municípios participantes do Evento: Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga.
5. Grupo étnico da região: TIKUNA
6. Local: Escola Municipal Prof. Zenith Ramos
7. Período de Viagem: 19 a 29.11.99
8. Período de Trabalho: 22 a 26.11.99
9. Carga Horária: 60 h
10. Técnico Responsável: Clóvis Fernando Palmeira Oliveira
11. Instituições Responsáveis: SEDUC / SEMED's
12. Recursos Humanos Envolvidos:
 - SEDUC / COE: - 01 técnico
 - SEMED's:
 - Santo Antônio do Içá: - 25
 - São Paulo de Olivença: - 03
 - Tabatinga: - 03
13. Participação integral: 32
14. Data: Manaus, 03 de dezembro de 1999.

II. OBJETIVOS

GERAL:

- Capacitar a equipe técnica das Secretarias de Educação dos Municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, no contexto da Educação Escolar Indígena, para que possam planejar, apoiar, acompanhar e avaliar as ações educativas desenvolvidas nas comunidades indígenas.

ESPECÍFICOS:

- Oportunizar às Secretarias Municipais de Educação a apresentação das ações pedagógicas programadas, realizadas e a realizar nas áreas indígenas, formas de atendimento às escolas e apoio ao trabalho do professor, bem como as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas ações;
- Refletir as formas de atuação e função da escola atual;
- Discutir sobre os fundamentos sociológicos, antropológicos e lingüísticos da educação escolar indígena;
- Apresentar e discutir criticamente a evolução histórica da Política Indigenista Brasileira, desde a época do Brasil-Colônia até os dias atuais;
- Apresentar e discutir a legislação de ensino atual que trata da política de Educação Escolar Indígena, destacando sua importância e preceitos constitucionais;
- Apresentar e discutir os processos de produção e utilização de materiais escritos elaborados pelos professores indígenas, no contexto dos Cursos de Formação;
- Apresentar a estrutura organizacional, fundamentação político-pedagógica e operacional do Projeto PIRA-YAWARA;
- Apresentação e discussão sobre a utilização do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / RCNE-Indígena, como instrumento de construção curricular.

III. ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA ETNIA TIKUNA¹

Os Tikuna vivem no Estado do Amazonas, na região próxima à fronteira com Peru e Colômbia, e estão distribuídos ao longo do rio Solimões, nos seus afluentes e ilhas. Atualmante constituem o mais numeroso grupo indígena do País, com aproximadamente 26.000 pessoas, e suas aldeias, cerca de 95, localizam-se em terras dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Beruri e Jutai.

As primeiras notícias sobre a presença dos Tikuna nesta região datam da metade do século XVII. Entretanto, os contatos com os brancos somente vão se acentuar no final do século passado, quando se inicia uma ocupação efetiva da área em função da exploração da borracha. Os Tikuna, neste novo contexto, foram obrigados a se adaptar a um outro estilo de vida e de práticas econômicas, pois direta ou indiretamente sua força de trabalho era utilizada pelos "patrões", seringalistas e comerciantes, na extração do látex. Após o declínio da exploração da borracha os Tikuna retornaram às suas atividades agrícolas tradicionais, integrando-se, gradativamente, na economia regional. Hoje em dia pode-se afirmar que esses índios constituem os principais fornecedores de farinha de mandioca e de frutas para os mercados das cidades da região.

Apesar do longo contato com os brancos e das formas de dominação e aculturação impostas pelas frentes de expansão e pelas missões religiosas, persistem entre os Tikuna aspectos importantes de sua cultura, tais como a língua, a organização social, as narrativas míticas, os rituais de iniciação, as expressões artísticas, entre outros.

A língua Ticuna parece não pertencer a nenhum dos grupos lingüísticos que reúnem as línguas indígenas faladas nas Américas, como tupi, aruaque, jê, caribe, entre outras. Portanto, até o momento, é considerada uma língua isolada, tendo como uma das características principais o uso de diferentes alturas na voz, peculiaridade que a classifica entre as línguas tonais.

Todos os Ticuna falam sua língua materna, sendo que para cerca de 40% das pessoas constitui-se no idioma único. As crianças quando ingressam na escola comunicam-se exclusivamente na sua língua, e só aos poucos vão se familiarizando

1. Texto extraído do Projeto EDUCAÇÃO TICUNA / Curso de Formação de Professores Ticuna / Habilitação para o Magistério / Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües / OGPTB, 1993.

com o português. Sendo assim, a condução do processo educacional, especialmente nas quatro primeiras séries, deve ficar sob a responsabilidade de professores índios bilíngües. Sua presença é imprescindível e insubstituível, pois existem “fatores psicológicos, sociológicos e educacionais que justificam o uso da língua materna para a instrução de uma criança”. Essas e outras questões sobre a importância da língua materna no processo de educação formal entre sociedades indígenas podem ser vistas no “Projeto de Educação Indígena para o Estado de Tocantins”, organizado pela Secretaria de Educação, com assessoria da Universidade Federal de Goiás.

Os professores Ticuna desde o início da década de 80 vêm demonstrando um especial interesse pelo ensino de sua língua. Com auxílio de estudos lingüísticos estabeleceram um código de escrita e iniciaram o registro de histórias da tradição e de outras manifestações da cultura, com a finalidade de compor materiais didáticos para as atividades de ensino bilíngüe em suas escolas. Uma parte deste material já foi publicada, como o livro de mitos **Torü Duü’ügü – Nosso Povo** e o manual de escrita intitulado **Ngj’ã Tanaütchicünaagü**; ambos organizados com a participação dos professores Ticuna, com assessoria da equipe do Magüta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, posteriormente impressos com apoio do Ministério da Educação. Um outro material, ainda em processo de elaboração, é o “Dicionário Ticuna/Ticuna – Ticuna/Português”, também preparado em conjunto com os professores, sob a orientação da lingüista Marília Facó Soares, do Museu Nacional/UFRJ.

Segundo levantamento realizado pelo Centro Magüta em 1996, existe um total de 89 escolas Ticuna, localizadas em 84 aldeias dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá. As escolas são atendidas por um total de 218 professores índios, sendo que seis desses atuam como supervisores. Com exceção das aldeias de Umariáçu e Belém do Solimões (ambas situadas no município de Tabatinga), da aldeia de Nova Itália (município de Amaturá) e da aldeia de Betânia (município de Santo Antônio do Içá) – que possuem quadros docentes integrados por professores índios e não-índios -, as demais escolas têm somente professores Ticuna.

Todas as escolas Ticuna oferecem ensino de 1ª a 4ª séries, excetuam-se as de Umariáçu, Belém do Solimões e Betânia que hoje em dia já dispõem de classes mais avançadas.

Constata-se um número bastante elevado de alunos nas séries iniciais, cuja proporção expressa, entre outras questões, o problema da repetência e da evasão. Atualmente nessas escolas estudam 6.959 alunos², sendo que cerca de 60% encontram-se nas classes de "alfabetização" (que corresponderia à pré-escola) e 1ª série, atingindo um índice de apenas 6% na 4ª série.

Com relação ao tempo de serviço dos professores, cumpre destacar que 30% apresentam mais de 10 anos de trabalho, 32% encontram-se na faixa de 5 a 9 anos, e os demais 38% estão abaixo de 5 anos.

2. Segundo informações obtidas durante a realização do Evento, Santo Antônio do Içá atende atualmente um total de 1.359 alunos, São Paulo de Olivença 2.082 alunos e Tabatinga 2.366 alunos, perfazendo um total geral de 5.807 alunos Ticuna.

IV. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

A especificidade da educação escolar indígena, pressupõe, a prática de uma política de tratamento diferenciado, de forma a se adequar e a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e vida comunitária desses povos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.

Com a mudança de paradigma na concepção da educação escolar indígena, quando a educação deixou de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e assumiu o princípio do reconhecimento da diversidade sócio-cultural e lingüística e de sua manutenção, novas responsabilidades foram exigidas na condução da oferta de programas educacionais indígenas.

Assim sendo, ao iniciar uma nova fase na execução de suas ações e condução de processos de educação escolar junto às sociedades indígenas, a Secretaria de Estado da Educação e Desporto / SEDUC-AM, vêm cumprindo seu papel, principalmente no que tange a execução de programas permanentes de formação e capacitação de recursos humanos para atuarem junto às comunidades indígenas, conforme preconiza a Portaria Interministerial Nº. 559/91, de 16.04.91, no seu Art. 7º, que *“determina que os profissionais responsáveis pela educação indígena, em todos os níveis, sejam preparados e capacitados para atuar junto às populações étnicas e culturalmente diferenciadas”*.

Foi com este propósito, que tencionamos realizar a capacitação da equipe técnica das Secretarias de Educação dos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, no contexto da educação escolar indígena, no sentido de apoiar e oferecer instrumentos aos técnicos destas Secretarias, para que possam planejar, acompanhar e avaliar as ações educativas a ser desenvolvidas nas comunidades indígenas. O evento teve como polo o município de Santo Antônio do Içá.

Lamentavelmente, apenas os técnicos dos municípios de Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga se fizeram presentes durante a realização do encontro, ocorrido no período de 22 a 26.11.99, na Escola Municipal Prof. Zenith Ramos, em horário integral. Com a presença de todos, com certeza, as discussões teriam tido uma dimensão muito maior, considerando as diferentes realidades, bem como as trocas de experiências seriam profundamente enriquecidas e os objetivos desta viagem seriam plenamente atingidos.

Para o procedimento desta atividade, os grupos discutiram entre si, e organizaram o material para apresentação das questões levantadas. Destas, resultaram os seguintes depoimentos:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

"O Município de Santo Antônio do Içá, possui atualmente 06 escolas indígenas municipais e 01 escola indígena estadual. As escolas municipais são gerenciadas pela SEMED que segue algumas orientações básicas da Professora Jussara Grubber, assessora da OGPTB. A escola estadual é gerenciada pela SEDUC, recebendo as mesmas orientações que recebem as escolas estaduais da sede do município. Não existe no município um acompanhamento do rendimento escolar destas escolas. O que é realizado nas escolas municipais como aplicação de metodologia diferenciada são as orientações que os professores e diretores recebem no curso de capacitação, gerenciada pela OGPTB, em Benjamin Constant. Na escola estadual, apenas 04 professores Ticuna acompanham o referido curso de capacitação. Os professores restantes da escola estadual são professores da sede que trabalham nesta escola, são professores não-índios. Possuem o curso de Magistério, mas nunca foram capacitados ou receberam qualquer treinamento para trabalhar em escola indígena. Os professores municipais receberam o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / RCNE-Indígena no curso, juntamente com os 04 professores Ticuna que trabalham na Escola Estadual. Quanto à aplicação das orientações contidas no Referencial, não existe ainda um acompanhamento específico, visto que o mesmo foi entregue este ano e a SEMED não possui uma coordenação de educação indígena. As condições das escolas são precárias. Só as comunidades indígenas de Betânia e Lago Grande possuem prédio escolar próprio. As outras comunidades não possuem prédio. Funcionam as escolas em casas de família.

O calendário das escolas municipais é adaptado em função do curso dos professores em Benjamin Constant. O calendário escolar da escola estadual é o mesmo da SEDUC.

Não existe no município, atendimento diferenciado para os professores Ticuna. Foi realizado em 1997, o concurso público para os professores Ticuna, com 10 vagas a nível de Ensino Fundamental.

4.1 – Apresentação inicial dos trabalhos das SEMED's.

No sentido de encaminharmos possíveis proposições para o desenvolvimento de uma política de educação escolar indígena no município, bem como garantir a implantação e implementação de uma educação diferenciada e de qualidade, oportunizamos às Secretarias de Educação a apresentação das diferentes formas de atendimento que vêm realizando junto às escolas, apoio dado ao trabalho do professor, ações pedagógicas programadas, realizadas e a realizar nas áreas indígenas, bem como as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas ações, para somente em seguida estabelecermos formas próprias de atuação e acompanhamento.

Para a organização das informações e elaboração do material a ser apresentado, os técnicos organizaram-se em grupos, correspondentes a seus respectivos municípios: Gracilete dos Santos Roberto e Raimundo Leopardo Ferreira, do município de Tabatinga, formaram o grupo I. Suzete do Socorro Ribeiro da Costa (Secretária de Educação de Santo Antônio do Içá), Jânice Cury Castro e Andréia Garcia Ribeiro (diretora da Escola Estadual D. Pedro I), do município de Santo Antônio do Içá, formaram o grupo II. Gualter Paulo Martins Fermin (Secretário de Educação de São Paulo de Olivença), Aldair Fermin e Arilson Tourinho (assessores pedagógicos), de São Paulo de Olivença, formaram o grupo III.



Professora Suzete do Socorro Ribeiro da Costa, Secretária Municipal de Educação de Santo Antônio do Içá, quando apresentava o Plano de Trabalho da SEMED.

Este trabalho está sendo feito pela secretaria de educação, acompanhando e orientando conforme solicitação dos professores. Atualmente, esta coordenação, e durante longo tempo, tem sido suficiente, melhorou e criou mais um espaço aberto para os professores Ticuna no atendimento pessoal, por esta razão peço à Gerência de Educação Escolar indígena do Estado do Amazonas que garanta a efetivação dos coordenadores dos futuros núcleos que serão criados nos municípios do Alto Solimões. Particularmente em Tabatinga será criado em breve o Núcleo de Educação Escolar Indígena. Por este meio queremos realizar os sonhos dos nossos professores em melhorar a qualidade do ensino”.

Em seguida, deu continuidade ao trabalho, apresentando ainda o seguinte relatório:

Segunda-feira, 22 de novembro do ano de 1999, às 09:00h da manhã, na Escola Professor Zenith Ramos, município de Santo Antônio do Içá, foi realizada a capacitação da equipe técnica das Semed's, no contexto da Educação Escolar Indígena, juntamente com os Secretários de Educação dos Municípios do Alto Solimões (Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá), pelo professor Clóvis Fernando Palmeira Oliveira / SEDUC-AM. No momento estamos apresentando algumas atividades de acompanhamento da educação indígena de Tabatinga no sentido de abordar as realidades que acontecem no município. A OGPTB – Organização Geral dos Professores Tikuna Bilingües, desde de 1986, tomou a iniciativa de reunir todos os professores do Alto Solimões para que fossem formados à nível de Ensino Médio, qualificação diferenciada. Atualmente estão na 11ª Etapa do Curso de Formação de Professores Tikuna, onde o município de Tabatinga também faz parte e ajuda no transporte de ida e volta na época do curso. Em cada município do Alto Solimões atua 01 representante da OGPTB para acompanhar os trabalhos junto às Secretarias Municipais de Educação. O calendário escolar indígena é diferente devido o curso ser realizado duas vezes ao ano, janeiro/fevereiro e junho/julho. Todas as aulas que os professores perderam estão repondo aos sábados para completar a carga horária do ano letivo de 200 dias. Na supervisão pedagógica em Tabatinga enfrentamos dificuldades devido a distância das comunidades, principalmente as dos igarapés Tacana e Cajari, as outras tem supervisão pedagógica. O aproveitamento escolar na área Indígena, em algumas delas, tanto pelos professores que participam do Curso de Formação em Filadélfia, e principalmente pelos professores que não participam do curso, o índice de

reprovação é maior, mas a Secretaria Municipal de Educação e a OGPTB estão tomando as devidas providências para melhorar a qualidade do ensino no município. Todos os professores indígenas receberam o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, organizado pelo MEC. Atualmente este livro é uma das fontes de pesquisa para os professores, é de onde eles tiram as dúvidas e realizam trocas de experiências. Além disso os professores precisam de mais orientações para acompanhar o Referencial, isso foi um desafio no início, estamos contando com o apoio dos técnicos das Semed's.

O município de Tabatinga possui hoje um total 75 professores indígenas, sendo que 12 não são indígenas; total de escolas 28 e total de alunos 2.366, conforme demonstra o quadro anexo a este documento.

Atualmente o município de Tabatinga, através da Secretaria Municipal de Educação está construindo escolas nas áreas indígenas com a parceria das comunidades: Escola Municipal São Francisco de Assis/Belém do Solimões, com 12 salas de aula, construção em alvenaria; Rainha dos Apóstolos/Nova Esperança, com 02 salas de aula em alvenaria; Tchara-Emaú, com 01 sala de aula em madeira de lei; Wone-Ourique, com 02 salas de aula em madeira de lei; Aitchara-Cajari I, com 02 salas de aula em madeira de lei; 19 de abril/Barro Vermelho, com 01 sala de aula em madeira de lei; Aicuna/Nova Esperança, com 01 sala de aula em madeira de lei e Aicuna/ Nova Extrema, com 02 salas de aula em madeira de lei. Em outras comunidades a Secretaria Municipal de Educação estará atendendo no próximo ano.

A Escola Estadual Almirante Tamandaré é uma das escolas mais antigas, fica situada na aldeia Tikuna de Umariacú, a 3Km da sede do município, é uma escola administrada por professores não-indígenas. Funciona nos seguintes turnos: matutino, vespertino e noturno. Séries: Pré-escolar a 8ª série do Ensino Fundamental, tem 724 alunos, 08 salas de aulas e uma quadra de esporte. A aldeia atualmente tem 10 professores Ticuna. Oferece o Ensino Médio com qualificação para o Magistério. Estão precisando de vagas na respectiva escola e o diretor não permite que eles lecionem. Queremos o apoio da SEDUC". (depoimento dado pelo professor Raimundo Leopardo Ferreira, coordenador da educação escolar indígena do município de Tabatinga).

No Ensino Fundamental (1ª e 2ª séries) e educação infantil, trabalham nas escolas estadual e municipal, professores Ticuna. Os professores não-índios trabalham a partir da 3ª série do Ensino Fundamental". (depoimento dado pela professora Suzete do Socorro Ribeiro da Costa / Secretária Municipal de Educação do município).

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
QUADRO DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS, PROFESSORES E ALUNOS
INDÍGENAS / 1999

LOCALIDADE	ESCOLA	Nº. DE PROF.	Nº. DE ALUNOS
BETÂNIA	STADUAL D. PEDRO I	19	663
BETÂNIA	MUNICIPAL D. PEDRO I	19	450
LAGO GRANDE	BELA VISTA	07	160
MATINTIM	DAURAGÜNE	02	50
VISTA ALEGRE	D. PEDRO II	01	18
PATIÁ	JAPIIM	01	18
TOTAL	06	49	1.359

MUNICÍPIO DE TABATINGA

Quanto ao serviço de acompanhamento e atendimento às escolas pela Coordenadoria de Educação Indígena, da qual é representante, o professor Raimundo Leopardo Pereira fez o seguinte relato:

"A Coordenadoria Municipal de Educação Indígena de Tabatinga foi criada em 1996 pelos conselheiros executivos da OGPTB, no sentido de que cada Secretaria de Educação dos municípios do Alto Solimões, como Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá, elaborasse um documento para que cada Secretaria tivesse um assessor para coordenar a educação indígena.

Em Tabatinga já foram realizadas várias viagens pedagógicas supervisionadas pelo coordenador indígena e secretário de educação do município para discutir questões da educação escolar indígena. Os trabalhos realizados são variados, como distribuição de material didático, merenda escolar, material de construção e transportes para os professores se deslocarem até o local do curso.



Professor Raimundo Leopardo Ferreira, coordenador de Educação Escolar Indígena do Município de Tabatinga, quando do momento de apresentação de suas atividades de supervisão às escolas indígenas.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

“Na Secretaria de Educação do município de São Paulo de Olivença, em sua estrutura administrativa, é o Núcleo Educacional Indígena, que faz o acompanhamento exclusivo às 30 escolas indígenas existentes no município, onde estudam 767 alunos da educação infantil (classes de alfabetização) e 1.190 do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Tem um corpo docente de 78 professores, os quais são pagos com recursos oriundos do FUNDEF. Esses professores estão fazendo o curso de capacitação através da OGPTB no município de Benjamin Constant, mais provavelmente na aldeia de Filadélfia.

A realidade das nossa escolas indígenas não é diferente das dos outros municípios, sempre enfrentando muitas dificuldades, as quais citaremos algumas para que juntos, neste encontro de Secretarias de Educação do Alto Solimões, possamos colocar em discussão para tentar encontrar alguma solução. Como é do conhecimento de todos, as escolas e professores indígenas trabalham com o sistema bilíngüe, assim sendo os profissionais que nelas trabalham, encontram dificuldades em trabalhar com os livros didáticos fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático, através do FNDE / MEC, dificultando assim o trabalho com os alunos. Enfrentamos ainda dificuldades quanto ao Ensino Fundamental de 5ª a 8ª

séries, onde temos uma escola com 125 alunos de 5ª a 6ª série e 05 professores não-indígenas, que apesar de estarem preparados e capacitados, sentem dificuldades com a língua materna de seus alunos.

Quanto ao Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, temos um índice baixo de professores que utilizam os mesmos, por sentirem bastante dificuldade de entendimento da língua. Temos também a dificuldade de realizarmos em algumas escolas a supervisão pedagógica, principalmente por causa do acesso às comunidades. Por isso geralmente aproveitamos o dia de pagamento dos professores na sede no município para realizar o referido trabalho.

O sistema de avaliação das escolas indígenas é o mesmo utilizado pelas escolas não-indígenas. O calendário de atividades letivas dessas escolas é diferente das outras escolas não-indígenas, em razão do curso de capacitação dos professores e principalmente pelo problema da enchente do rio Solimões, que atinge muitas comunidades localizadas em área de várzea.

Um outro problema enfrentado pela nossa Secretaria, refere-se aos recursos financeiros, pois apesar de estarmos no terceiro ano de administração à frente da SEMED, não conseguimos ainda atingir todas as escolas, por serem nossos recursos do FUNDEF bastante pequeno e o nosso município carrega uma herança deixada pelos administradores de inadimplência pelos órgãos dos governos federal e estadual. Diante destas dificuldades os problemas indígenas baseiam-se nos métodos das escolas não-indígenas, mas diante de seus recursos e realidade, usam também suas próprias maneiras para o melhor aprendizado de seus alunos". (depoimento dado pelo técnico da Secretaria de Educação de São Paulo de Olivença, Arilson Tourinho).

Com base nos diferentes depoimentos, foi nossa preocupação também levantar junto aos participantes, precisamente com os diretores da Escola Municipal Bela Vista e Escola Estadual D. Pedro I, localizadas nas áreas indígenas do município de Santo Antônio do Içá, as formas de atendimento pedagógico e o trabalho que estas escolas vêm realizando nas aldeias, considerando que grande parte do corpo docente que nelas atuam são professores não-índios que residem na sede do município e, segundo estes próprios professores, nunca receberam nenhuma orientação quanto à atuação e atendimento à educação diferenciada, tão pouco a utilização do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas em sala de aula. Obtivemos, assim, os seguintes relatos:

“A **Escola Municipal Bela Vista** localizada na comunidade de Lago Grande, é construída de alvenaria, possui duas salas de aula e uma secretaria. Na escola também temos uma antena parabólica, uma tevê e um vídeo-cassete para trabalharmos com Alfabetização de Jovens e Adultos.

Na escola atendemos de 1ª a 4ª série, Alfabetização Infantil e de Jovens e Adultos . Há também uma escola de madeira onde funciona a 2ª série.

A escola possui um diretor e um quadro docente composto de seis professores: Davi Felipe, professor de Alfabetização Infantil; Raimundo Manoel Francisco, professor de 1ª série; Horácio Ataíde, professor de 2ª série; Hermes Manoel Artur, professor da 3ª série; Jorge Roberto , professor da 4ª série e Eliney Lemos Moraes, professor da Alfabetização de Jovens e Adultos e também o diretor da Escola.

O nosso plano de aula é discutido entre nós seis. Sentamos e conversamos para fazer o plano, porque os outros cinco professores são Ticuna que trabalham com sua própria língua e a língua portuguesa. Eles trabalham com o Livro das Árvores, porque fica muito difícil eles trabalharem só com o português, é difícil para eles falarem e escreverem o português. Eles escrevem um pouco na língua portuguesa e explicam na sua própria língua. Também trocam muito as letras, “l” por “r”, “n” por “m”, e assim por diante. Também uma palavra escrita no português leva menos letra do que escrita na sua própria língua. Por exemplo, **tetchi arü ngu’i** “a última fruta do umari”, **tchowaria** que quer dizer nanarana. Sorva em Ticuna quer dizer **ngetchi** e assim também tem palavras em língua portuguesa que são mais compridas do que palavras escritas em Ticuna. Patauá na língua Ticuna é **dü Urucuri**, **morü** e assim por diante. Por isso é que eles escrevem e falam nas duas línguas porque fica mais fácil para eles também. Alguns desses professores já vão concluir as duas etapas que faltam para eles.

Assim nós trabalhamos na nossa escola com as duas línguas. Até mesmo eu que não sei a língua Ticuna faço esforço e dou um pouco de aula na língua deles, o que é suficiente para falar como eles mesmos. Trabalhamos com madeira, plantas, sementes de plantas e argila nas aulas de educação artística, até porque eles são bem habilidosos para trabalharem com esse material. Eles também contam histórias que os mais velhos contavam para eles e ficam discutindo depois com o resto da turma. Assim é a realidade dessa escola Bela Vista”. (depoimento do diretor da Escola Municipal Bela Vista, Professor Eliney Lemos Moraes).

Quanto à Escola Estadual D. Pedro I, a diretora Andréia Garcia Ribeiro nos relatou o seguinte:

“As maiores dificuldades que encontramos com os alunos Ticuna na **Escola Estadual D. Pedro I**, localizada em Vila de Betânia, é quanto as formas de comunicação entre professores e alunos, o diálogo propriamente dito. É difícil em uma sala de aula o aluno entender o que o professor está querendo transmitir. Somente aqueles que convivem com os não-índios, é que conseguem se destacar na sala de aula, pelo fato de conseguirem assimilar e entender melhor a língua portuguesa.

Na nossa opinião a alfabetização deveria ser trabalhada com dois professores, um que tivesse o domínio da língua materna e um outro que tivesse o domínio da língua portuguesa, ou mesmo um professor que tivesse o domínio das duas línguas.

Como vivemos na era da globalização, é de nossa sugestão que os professores não-índios precisam estudar a língua Ticuna para que a educação na escola indígena possa ter bom êxito. O professor não-índio precisa ter alguns treinamentos específicos nas áreas indígenas.

Outra dificuldade que enfrentamos é quanto a evasão de alunos, que ocorre com maior frequência nas 5ª e 8ª séries, quando os pais de família requerem a mão-de-obra de seus filhos para o plantio e a colheita dos produtos cultivados. Os alunos sentem necessidade de trabalhar, para sustentar sua família. Trabalham em atividades diferentes, construindo casas, no comércio, na caça, na pesca, na roça e assim por diante”. (depoimento da diretora da Escola Estadual D. Pedro I, Professora Andréia Garcia Ribeiro).

Independentemente do importante depoimento fornecido pela professora Andréia Ribeiro, procuramos conversar ainda com os professores não-índios da referida escola, que também participavam do evento, na intenção de que pudéssemos levantar qual a visão que tinham sobre a praticidade de uma política de tratamento diferenciado ao povo indígena da região, em particular ao povo Ticuna, considerando o respeito à sua diversidade lingüística, cultural e histórica, já que vêm atuando junto à esta população, e os problemas lingüísticos nos pareceu ser bastante gritantes no ambiente escolar. Foi então que levantamos a questão quanto ao papel destes docentes e a função desta escola no contexto que hoje atuam.

Demonstraram, portanto, a preocupação em estar desenvolvendo ainda na escola indígena, paralelamente ao Programa de Formação de Professores Indígenas Ticuna, um currículo “contrário” e que não mais atende as necessidades e aos anseios desta cultura, uma vez que a proposta curricular utilizada é a mesma das escolas municipais e estaduais da região, isto é, vêm trabalhando com a proposta curricular oferecida pela SEDUC, sem o menor critério de seleção e abordagem dos conteúdos, o que de certa forma, contraria os princípios fundamentais da educação intercultural. A base das atividades e processos pedagógicos centram-se especificamente na exploração de conteúdos, na maioria das vezes alheios à realidade e cultura local.

Segundo os depoimentos dados pela Secretária de Educação de Santo Antônio do Içá, *“é a própria SEDUC quem determina, sem levar em conta as especificidades da educação urbana, rural ou indígena, o que devemos fazer, não temos autonomia para muita coisa, e isso se refere tanto ao censo escolar, quanto à forma de matrícula, avaliação, calendário escolar... o próprio IER-AM, certa vez quando perguntei se poderíamos criar um calendário escolar voltado para nossa realidade, alguém de lá disse que não...”*.

A partir do expressivo e importante depoimento da Secretária, encaminhamos uma nova discussão voltada para as grandes questões e inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, que hoje caracteriza-se, como um novo projeto de mudança para a educação, mudança que se refere a autonomia do trabalho escolar, de soluções criativas, de métodos e princípios modernos que levam em conta a realidade sócio-cultural, política e econômica do mundo atual, do contexto onde a escola e daqueles que fazem parte do mundo escolar estão inseridos. E que foi considerada “uma prova de maturidade”, “a chance de organizar o sistema de ensino, definindo melhor o papel do setor público e do setor privado, no que se refere à ampliação, a descentralização das escolas, e flexibilização da gestão escolar”, enfim uma revolução na educação brasileira, depois de 25 anos de vigência da Lei 5692/71. (LDB – A Nova Lei da Educação/ Arnaldo Niskier).

Quando ainda da discussão a respeito da situação atual da educação escolar nas áreas indígenas, com ênfase no tratamento dado à língua materna nas escolas da região, o Sr. Elis Olízio Isaque, vereador Ticuna, declarou *“que existem professores não-Índios que estão obrigando os alunos a falarem mais o português em sala de aula do que a língua materna”*, em virtude de não falarem a língua

Ticuna. Isso nos fez refletir e discutir ainda mais a necessidade do desenvolvimento de uma política lingüística, que contribua para o fortalecimento e manutenção da língua materna a partir do trabalho escolar, qual a perspectiva de futuro que esse povo têm para si mesmo e, conseqüentemente, da perspectiva de futuro que tem para sua própria língua. E qual seria ainda, o papel do professor na condução desse processo.

Durante a análise crítica dessas questões, participaram ainda os vereadores Ticuna Miguel Eleotério e Saturnino Jesuíno Jumbato.

Decorrentes desta situação, e de um modo geral, da visão e relatos apresentados pelos representantes das Secretarias de Educação da região, pôde-se perceber a fragilidade e as diferentes formas com que estas secretarias vêm desenvolvendo suas atividades em função do processo educacional, principalmente no que se refere as ações e processos educativos voltados para as áreas indígenas, o que torna imprescindível e urgente, que se criem condições necessárias para o desenvolvimento de uma escola indígena intercultural, bilíngüe, específica e diferenciada. Tais condições, acredita-se, pressupõe o enfrentamento e/ou encaminhamento de problemas ligados à problemática em questão, apoio e acompanhamento à formação dos professores indígenas Ticuna, bem como a capacitação efetiva do corpo técnico local, processo este, iniciado com a realização desse encontro.

Igualmente importante, é criar uma política de articulação entre as instituições locais, sejam governamentais ou não-governamentais, no sentido de que possam conjuntamente garantir e fortalecer a construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso na região, Educação Ticuna, promovida pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües / OGPTB, destinada a 200 professores dos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá.

O objetivo do Programa é formar professores Ticuna bilíngües, em exercício, para atuarem no ensino de 1ª a 4ª séries, buscando assegurar à população Ticuna uma educação específica e de qualidade, que considere a língua, a cultura, a história e os valores próprios desta sociedade indígena, e que garanta, paralelamente, o acesso aos conhecimentos universais já sistematizados.

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo dos professores não-índios lotados na Escola Estadual D. Pedro I, área indígena de Santo Antônio do Içá:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
ESCOLA ESTADUAL D. PEDRO I / VILA DE BETANIA / 1999

Nº	PROFESSOR NÃO-ÍNDIO	ESCOLARIDADE	COMPONENTE CURRICULAR	SÉRIES QUE LECIONA
01	Ataci Cordeiro Aparício	Adicional	Ensino Fundamental	4ª
		Adicional	Língua Portuguesa	7ª / 8ª
02	Bruno Flores Salvador	Magistério	Educ. Jovens e Adultos	2ª Etapa
03	Claudiney Lafiego Cacau	Magistério	Ensino Fundamental	4ª
04	Conceimar Ramires Leão	Magistério	Geografia	5ª / 6ª
05	Domiciana Garcia Gonçalves	Magistério	Ensino Fundamental	3ª
		Magistério	Educ. Jovens e Adultos	2ª Etapa
06	Edivão Garcia da Silva	Adicional	Educação Física	6ª / 7ª / 8ª
07	Elange Gouvêa Garcia	Magistério	Língua Portuguesa	5ª
08	Elimar Garcia dos Santos	Magistério	Ensino Fundamental	
09	Enilzethe Ferreira dos Santos	Adicional	Língua Portuguesa	6ª
10	Fanito Manduca Ataíde *	Em formação	Ensino Fundamental	3ª
11	Francisco Garcia Filho	Magistério	Inglês	5ª a 8ª
12	Jafio Salvador	Magistério	Matemática	6ª
13	Jorge Castro de Souza	Magistério	Educação Física	5ª / 6ª
		Magistério	Ciências	5ª / 6ª
14	Mauricéia de Souza Batalha	Magistério	Educ. Jovens e Adultos	1ª Etapa
		Adicional	Educação Ambiental	7ª
		Adicional	Geografia e História	7ª / 8ª
15	Melânia Carvalho Gouvêa	Magistério	Educ. Jovens e Adultos	1ª Etapa
		Magistério	Ensino Fundamental	3ª
16	Maria Vitória Xavier da Silva	Magistério	História	5ª / 6ª
17	Perpétua Rabelo Nascimento	Magistério	Ensino Fundamental	4ª
		Magistério	Arte	5ª
		Magistério	Religião	8ª
		Magistério	Educação Ambiental	7ª
18	Roque Andrade Nunes	Magistério	Ensino Fundamental	3ª
19	Terri Salvador	Magistério	Educ. Jovens e Adultos	1ª Etapa

* Fanito Manduca Ataíde é o único professor Ticuna a fazer parte do quadro de professores da escola. Encontra-se, no momento, participando do Programa de Formação de Professores Ticuna / OGPTB.

4. 2 – Orientações quanto ao preenchimento de formulários estatísticos

Considerando a importância da organização de dados e levantamento estatístico, como instrumentos fundamentais para subsidiar o planejamento das ações educativas, bem como o controle e atualização das informações relativas aos processos escolares de ensino-aprendizagem nas áreas indígenas, discutiu-se sobre o preenchimento e circulação dos seguintes quadros estatísticos:

- **Cadastro da Escola Indígena**, preenchimento e envio à Secretaria de Estado da Educação e Desporto / SEDUC-AM, no prazo máximo de duas semanas, a contar do retorno dos técnicos aos seus respectivos municípios, conforme acordo firmado durante a realização do evento. Este documento trata de informações administrativas, legais, físicas e pedagógicas, relativas às escolas indígenas;
- **Estrutura Municipal / SEMED**, preenchimento e envio, obedecendo a determinação anterior. Este documento trata de informações relativas a estrutura física, administrativa, organizacional e pedagógica da Secretaria;
- **Quadro Demonstrativo da Formação do Professor Indígena**. Este quadro trata de informações sobre a escolaridade do professor indígena;
- **Quadro de Matrícula Inicial de Alunos Indígena**. Este quadro trata de informações sobre a matrícula dos alunos indígenas e dados percentuais por modalidade de ensino;
- **Quadro Demonstrativo de Alunos Indígenas Estudando na Zona Urbana do Município**. Este quadro trata de informações sobre os alunos indígenas estudando na sede do município.

4. 3 – Bases Legais da Educação Intercultural

Considerando que, por um lado, os últimos trinta anos foram marcados por problemas e ameaças crescentes à sobrevivência dos povos indígenas no Brasil, de outro, estes foram anos de organização e fortalecimento do movimento indígena, de avanços na legislação e de envolvimento positivo de setores não-índios da

sociedade civil na questão indígena. Como consequência disto, os povos indígenas conseguiram que, pela primeira vez, uma Constituição Brasileira reconhecesse aos índios o direito à diferença, isto é, à alteridade cultural, rompendo com a postura com que sempre procurou incorporar e assimilar os índios à "Comunidade Nacional", e que os entendia como categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento certo.

Com o mais recente texto constitucional em vigor, os índios deixam de ser considerados como espécie em vias de extinção, sendo-lhes reconhecida sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. À União não mais caberá a incumbência de incorporá-los à sociedade envolvente, mas de legislar sobre as populações indígenas, conforme Art. 22 da Nova Constituição, no intuito de protegê-las (Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC/SEF/DPEF/1993).

Sabemos, porém, que há uma enorme distância entre os direitos conquistados e a realidade vivida. Neste sentido, vemos que as escolas indígenas (e não-indígenas) podem contribuir decisivamente neste processo lento e complexo de mudança de mentalidade e de práticas. Assim, as escolas teriam um papel fundamental na promoção de valores como o respeito mútuo e a solidariedade, orientando os estudantes para um convívio social equilibrado e respeito aos direitos humanos. Através de informações amplas e corretas sobre os diferentes povos e culturas que contribuem para a formação da sociedade brasileira, as crianças poderão entender a importância da diversidade e formar uma postura de cidadania onde a pluralidade é um valor. Com certeza, todo esse processo ajudará na superação real dos preconceitos e discriminações.

Considerando esta problemática, foi que optamos inicialmente desenvolver um trabalho no sentido de que a legislação de ensino atual que trata da política de Educação Escolar Indígena, bem como a definição de outras competências exclusivas da União em legislar sobre os direitos, garantias e interesses das comunidades indígenas, não fosse percebida ou encarada como um conjunto de leis a mais a ser criadas e não respeitadas, mas que de fato e direito sejam compreendidas, reconhecidas, respeitadas e cumpridas. Leis resultantes das lutas e dos movimentos indígenas, que surgiram e que ainda surgem em forma de organizações com poder e representatividade em várias regiões do país. Tais lutas objetivam conquistar novos direitos e fazer valer os que já existem, aprendendo a

lidar melhor com o mundo institucional, público e privado da sociedade nacional e internacional e a tratar de demandas territoriais (demarcação e controle de recursos naturais), assistenciais (saúde, educação, transporte e comunicação) e comerciais (colocação de produtos no mercado)³.

Trabalhamos assim, o texto *“A Política Indigenista: período colonial, imperial e republicano”*⁴, de modo que os participantes pudessem discutir e perceber criticamente a evolução histórica da Política Indigenista Brasileira, desde a época do Brasil-Colônia até os dias atuais.

Somente a partir dessa contextualização histórica e criticamente refletida é que apresentamos e discutimos as referências constitucionais e outros textos legais *“que hoje dizem respeito aos direitos dos povos indígenas, especialmente quanto à questão de uma educação escolar específica e diferenciada que valorize as próprias culturas e garanta as condições para uma relação equilibrada e igualitária com a sociedade nacional, enquanto partes constitutivas desta mesma sociedade”*⁵:

- **Constituição Federal/88**, de 05.10.88, que trata do direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, assegurando-lhes, não apenas sua sobrevivência física, mas também étnica, com direito a manter “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Art. 231), uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Art. 210), devendo o Estado proteger as manifestações das culturas indígenas (Art. 215);
- **Decreto nº. 26**, de 04.02.91, através do qual o governo brasileiro repassou para o Ministério da Educação e do Desporto a incumbência de coordenar as ações referentes à educação escolar indígena no país;
- **Portaria Interministerial nº. 559/91**, de 16.04.91, que garante uma educação específica e diferenciada para as comunidades indígenas, com acesso aos conhecimentos e o domínio dos códigos da chamada sociedade nacional; assegura o respeito aos processos próprios de aprendizagem; garante o ensino bilíngüe nas escolas indígenas; cria a Coordenação Nacional de Educação Indígena, no âmbito do MEC, para

3. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998: 99).

4. Melatti, Julio Cezar, (1993: 186-191).

5. Silva, Rosa Helena Dias da. In: *Relações entre Povos Indígenas e Estado Nacional: política e legislação indigenista no Brasil*.

coordenar, acompanhar e avaliar as ações de governo nesta área; bem como prevê a criação de núcleos de educação escolar indígena no âmbito das secretarias estaduais de educação;

- **Lei Darcy Ribeiro nº. 9.394/96 / Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20.12.96, que garante aos povos indígenas, nos artigos 78 e 79, a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural;
- **Constituição Estadual/89**, de, que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;
- **Resolução nº. 99/97 – CEE/AM**, de 19.12.97, estabelece normas regulamentares para implantação do regime instituído pela Lei nº. 9394/96, neste Estado;
- **Decreto nº. 1.775**, de 08.01.96, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências;
- **Decreto nº. 18.749**, de 06.05.98, que institui o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEEI/AM;
- **Decreto de 10 de novembro de 1998**, que nomeia os representantes de Lideranças Indígenas, Órgãos Governamentais e Órgãos Não-Governamentais, para comporem, na qualidade de membros, o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas, CEEI/AM
- **Declaração de Princípios**, que reafirmam os princípios da escola indígena e atribuem competências à União, aos estados e municípios;
- **Parecer nº. 14/99**, de 14.09.99, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências;
- **Resolução nº. 101/98 - CEE/AM**, de 16.12.98, que autoriza o funcionamento do Projeto PIRA-YAWARA, Programa de Formação de

Professores Indígenas do Estado do Amazonas, ministrado pela SEDUC/AM, com os cursos na forma de suplência para jovens e adultos, a nível de Ensino Fundamental e na forma regular Normal, a nível de Ensino Médio.

4. 4 – Apresentação do Projeto Pira-Yawara / Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado do Amazonas

Antes de iniciarmos a apresentação propriamente dita do Projeto Pira-Yawara, destacamos a importância da formação de professores indígenas na construção de uma escola que possa lhes servir de instrumento de fortalecimento da própria cultura, assim como veículo de aquisição dos conhecimentos universais.

Nesse contexto é que abordamos a estrutura organizacional, fundamentação político-pedagógica, legal, antropológica e operacional do Projeto Pira-Yawara / Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado do Amazonas, que tem a finalidade de possibilitar aos professores indígenas envolvidos no processo de formação, em conjunto com suas comunidades, a formulação de uma **Política Cultural** para o povo indígena ou comunidade indígena que representam. É essa Política Cultural que atribui lugar e função para a escola, e dentro dela as diferentes linguagens desempenham um papel fundamental.

A exposição do Programa, feita através de lâminas coloridas e diversificadas, despertou a atenção e o interesse dos participantes, que demonstraram adquirir maiores informações, principalmente sobre os aspectos lingüísticos e pedagógicos trabalhados. Exposição esta, apresentada inicialmente, através de uma “espécie de esqueleto” do Programa, sendo em seguida, detalhada por outros novos quadros.

Várias indagações foram feitas no sentido de melhor compreender sua estrutura e operacionalização, bem como questões que vêm interferindo na mudança de hábitos, costumes e até mesmo valores do povo Ticuna, chegando até a gerar conflitos extremamente comportamentais, resultantes, nos parece, de normas religiosas, ou mesmo de crenças relacionadas às diferentes práticas rituais. Caso típico, segundo depoimento de alguns professores, é o suicídio de algumas jovens Ticuna da região.

Dentre esses fatos, podemos citar a questão levantada pelo Sub-Secretário de Educação de Tabatinga, professor Rodolfo Magalhães Fernandes, quanto a

existência ou proliferação de novas doutrinas ou seitas religiosas nas áreas indígenas, as quais vêm exercendo, até certo ponto, poder coercitivo sobre essa população. São muitas as proibições feitas aos adeptos. Alguns dos rituais praticados tradicionalmente, já não podem mais ser realizados. Exemplo disto, é o ritual da Moça Nova, quase não mais acontece, é considerado altamente cruel.

Sobre essa questão, Alcida Ramos, autora do livro *Sociedades Indígenas*, diz o seguinte:

" Com o decorrer dos séculos, a dizimação maciça da população Tupinambá e outros Tupí-Guarani por doenças, escravidão, ação missionária coercitiva e outros cataclismas levaram a busca da terra sem males a se tornar a busca da terra sem brancos. Não há provavelmente registro mais contundente que o de Darcy Ribeiro sobre Uirá, o índio Urubu-Kaapor que, vendo sua família e comunidade dizimadas por doenças contagiosas, sai em busca de seu deus e da terra sem males e sem brancos, para acabar capturado como um animal que, esvaziado de crenças, é levado ao suicídio. Entretanto, os movimentos messiânicos indígenas não estão limitados aos Tupí-Guarani. Entre os Tükúna e os Krahó, para ficar só com dois exemplos, o messianismo – a busca da terra prometida, a construção de uma nova era, a tentativa de erradicar da terra o pior dos males conhecidos, que é o homem branco e suas conseqüências – tem sido uma das armas com as quais as populações indígenas tentam combater os efeitos desastrosos do seu contato com a sociedade ocidental. Quando os mais poderosos xamãs não conseguem dar conta de tantas doenças causadas por epidemias de gripe ou sarampo, quando a terra começa a encolher com o avanço de ondas de gente alienígena que destroem fauna, flora, homens e mulheres, quando a população se esvai pela mortalidade generalizada, pela necessidade de abandonar o grupo e ganhar o pão lá fora, quando a prostituição e a mendicância trazem a destruição de valores e de relações sociais, quando intrusos vêm minar o sistema de crenças que é o pouco que ainda resta, então o cosmos está em crise e necessita de renovação. O messianismo é uma tentativa de renovar o mundo. Mas enquanto continuar o expansionismo da sociedade branca, essa tentativa é fatal e sistematicamente frustrada."

Embora se tenha abordado de forma substancial o problema, é necessário proceder maior análise e aprofundamento sobre essa questão, tanto do ponto vista antropológico, quanto sociológico em particular, e de forma bastante cuidadosa. Sem deixar de levar em conta, no entanto, que, hoje, a Constituição Brasileira de 1988, garante não só a integridade física, mas também cultural dos povos indígenas. Por outro lado, o próprio Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19.12.73, no seu Capítulo 11, Artigo 58, considera "crime contra índios e a cultura indígena escarnecer de

cerimônia, rito, uso, costume ou tradição cultural indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática", prevendo detenção de um a três meses de prisão para o infrator. Os índios, como cidadãos, têm direito a receber uma educação de qualidade ofertada pelo poder público: eles não devem ser forçados ou seduzidos a aderirem a uma nova religião e a abandonarem práticas tradicionais e seculares para terem acesso a programas de alfabetização e letramento, conforme explicita o Ofício/MEC/GM/AI/Nº. 198/99, anexo a este documento.

É importante ressaltar ainda, que durante a apresentação do Projeto Pira-Yawara, discutiu-se sobre a importância do processo de produção e utilização de materiais escritos elaborados pelos próprios professores indígenas, no contexto dos Cursos de Formação. Ilustrou-se esta atividade com o Livro das Árvores, produzidos pelos professores Ticuna, e a Coleção produzida pelos professores Sateré-Mawé.

4. 5 – Apresentação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / RCNE-Indígena

Dando seqüência às atividades previstas para a capacitação da equipe técnica, foi feita a apresentação e estudo do Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI), com ênfase na estrutura e utilização do documento pelos professores e técnicos que atuam nas escolas.

Através de trabalho de grupo, discutiu-se, de modo geral, os fundamentos históricos, políticos, legais, antropológicos e pedagógicos que balizam a proposta de uma escola indígena intercultural, bilíngüe e diferenciada, na sua primeira parte, bem como a segunda parte do documento, que tem a pretensão de fornecer referências para a prática pedagógica dos professores (índios e não-índios) diretamente ligados às ações de implementação e desenvolvimento das escolas indígenas. Essa parte, dirige-se, mais diretamente, às salas de aula dos cursos de formação de professores indígenas e às próprias escolas onde esses professores atuam.

O Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas, conforme orientou-se, não é um documento curricular obrigatório, pronto para ser utilizado, mecanicamente, em qualquer contexto, nem pretende estar dando receitas de aula: este Referencial se propõe, a subsidiar e apoiar os professores na tarefa de invenção e reinvenção contínua de suas práticas escolares⁶

6. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998: 14).



Professores índios e não-índios, quando discutiam sobre os Fundamentos Gerais da Educação Escolar Indígena, contidos no Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas.

Concluída esta atividade, foi nossa intenção ainda reforçar sobre o papel e a responsabilidade que esses técnicos, enquanto agentes do Sistema de Educação Municipal têm, em assumir a execução de uma política educacional formulada para as escolas indígenas, que concorram para elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, tornando viável a melhoria da qualidade do ensino e visando a formação do aluno enquanto cidadão.

4. 6 – Apresentação de Vídeos Culturais

Com o intuito de oferecer subsídios para discussão, análise e reflexão do grupo para a problemática em questão, bem como despertar o interesse e a participação, veiculou-se a cada dia, a apresentação de um vídeo, abordando questões ligadas à diversidade sócio-cultural e lingüística dos povos indígenas:

1. **Placa Não Fala** – Um vídeo de Dominique Gallois e Vicent Carelli, 35 min, 1996. Enquanto narram a demarcação de suas terras, os índios Waiãpi fazem uma reflexão sobre suas concepções de território desde antes do contato até os dias de hoje. Cooprodução: GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica);
2. **Grupo étnico Kamaiurá / Ritual do Kuarup** – Realização: TV Cultura. Brasil. Colorido. O documento mostra os hábitos e costumes do povo Kamaiurá, a partir do ritual do Kuarup, cerimônia fúnebre, de aspecto sócio-religiosa, que revive a lenda da criação, tal como é concebida pelos indígenas do Brasil Central, do Alto Xingu. É uma festa mística, conhecida internacionalmente. É quando os índios choram seus mortos, representados por troncos pintados e enfeitados;
3. **Grupo étnico Yanomami** – Realização: TV Cultura. Brasil. Duração: 34'20". Colorido. Os Yanomami habitam a América do Sul desde muito antes da chegada de portugueses e espanhóis. Hoje eles são cerca de 20 mil e ocupam uma área maior que o território de Portugal. O documento mostra em detalhes, os hábitos e os costumes deste povo do norte do estado de Roraima, bem como as dificuldades enfrentadas na sua relação com o homem branco. O vídeo descreve também como são violados os direitos indígenas.
4. **Os Filhos do Guaraná** – Cultura Vídeo / FUNTEC, 1998. Documentário sobre o grupo étnico Sateré-Mawé – os filhos do guaraná – segundo o mito da origem. Habitantes da terra indígena Andirá/Marau, na região do Médio Amazonas, realizam o ritual da Tucandeira, onde o jovem se torna homem forte e guerreiro, enfiando a mão em uma luva de palha para ser ferrado por formigas tocandiras. Apesar dos 300 anos de contato com a sociedade nacional, mantêm a própria língua, organização social, usos e costumes.

4. 7 – Textos Complementares para leitura



Para aprofundamento dos conceitos de *cultura, diversidade e pluralidade cultural, etnicidade, etnocentrismo, preconceito, genocídio e etnocídio*, necessários para a compreensão dos fundamentos gerais da Educação Intercultural, encaminhou-se algumas leituras bibliográficas, a seguir:

1. A Antropologia e o Mundo Contemporâneo: Cultura e Diversidade, de Omar Ribeiro Thomaz;⁷
2. Bases Conceituais da Educação Intercultural.⁸

7. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus (1995: 425).
8. FUNAI / Diretoria Executiva de Políticas Setoriais / Coordenação Geral de Educação.

4. 8 – Proposições para o desenvolvimento de uma política educacional de educação escolar indígena nos municípios de Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga:

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, nos direitos constitucionais conquistados pelos povos indígenas e, nas discussões e elementos resultantes deste encontro, propõe-se:

1. Que os técnicos destas Secretarias conheçam e internalizem a estrutura, fundamentação político-pedagógica e operacionalização do Projeto de Educação Ticuna / OGPTB, a fim de que possam garantir o apoio e acompanhamento pedagógico às escolas indígenas da região e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de um ensino-aprendizagem que promova uma educação intercultural e bilíngüe;
2. Que se desenvolva uma política de articulação entre os vários segmentos locais ligados à problemática indígena (terra, saúde, educação, transporte, comunicação, produção, etc), sejam governamentais ou não-governamentais, bem como o estabelecimento de parcerias, para que possam apoiar e garantir conjuntamente, o desenvolvimento e a participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao seu projeto de escola e de educação, considerando que a implementação destes avanços na prática pedagógica, só serão possíveis mediante vontade política e medidas concretas para sua efetivação;
3. Que sejam criadas na estrutura organizacional destas Secretarias, um núcleo, coordenação ou setor responsável pela Educação Escolar Indígena, com a responsabilidade de promovê-la, acompanhá-la e gerenciá-la;
4. Que se estabeleça condições para o reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras indígenas, no que se refere ao calendário escolar, metodologia e avaliação, adequados à realidade sócio-cultural do povo Ticuna;

5. Que sejam estabelecidos padrões mínimos de infraestrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias;
6. Que se proceda a capacitação de professores não-índios que atuam nas escolas indígenas, quer nas bases legais e conceituais da Educação Intercultural, quer no domínio do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a fim de que possam utilizá-lo como instrumento de discussão e implementação de novas políticas e práticas pedagógicas e curriculares em áreas indígenas;
7. Que as escolas indígenas sejam equipadas com recursos didático-pedagógicos ligados às experiências dos alunos, incluindo mapas histórico-geográficos, globos terrestres, bibliotecas, videotecas e outros materiais de apoio, de modo que possam ser utilizados como instrumentos auxiliares do professor no processo ensino-aprendizagem, desde que não se constituam num fim em si mesmos, mas num meio;
8. Que estas Secretarias Municipais de Educação, elaborem suas regulamentações e programas para a educação escolar indígena com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, editadas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Parecer nº. 14/99, aprovado em 14.09.99;
9. E, considerando o Art. 28 (Capítulo II, Da educação Básica; Seção I, Das Disposições Gerais) da Lei nº 9.394/96 - LDB - as Secretarias Municipais de Educação, no que se refere a autonomia do trabalho e gestão escolar, podem e devem, enquanto Sistemas de Ensino, na oferta de educação básica para a população rural, promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
“conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural.”

ANEXOS

- 1. MEMO/MEC/GM/AI/Nº. 443/99**
- 2. OFÍCIO/MEC/GM/AI/Nº. 198/99**
- 3. Quadro Demonstrativo de Escolas, Professores e Alunos da Área Indígena de Tabatinga / Ano: 1999**
- 4. Folhas de Frequência**
- 5. Controle Geral de Frequência**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO ÀS ESCOLA INDÍGENAS**

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos encaminhando, anexa, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia do parecer elaborado pela Assessoria Internacional, sobre o Summer Institute of Linguistics e suas atividades nos meios indígenas no Brasil, no qual marca a posição oficial do MEC com relação ao tema.

Reiteramos que tal solicitação foi feita por esta Coordenação no primeiro semestre de 1999.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ivete Campos', written over a printed name.

Coordenadora Geral de Apoio às Escolas Indígenas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MEMO/MEC/GM/AI/Nº 443 199

Brasília, 09 de novembro de 1999.

DA: Assessoria Internacional

À: Profa. IARA GLÓRIA AREIAS PRADO
M.D. Secretária de Educação Fundamental

Assunto: Educação Indígena. Parecer sobre o *Summer Institute of Linguistics*.

Senhora Secretária,

Encaminho, em anexo, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia de parecer, elaborado por esta Assessoria Internacional, sobre o *Summer Institute of Linguistics* e suas atividades nos meios indígenas no Brasil, conforme solicitação da Professora Ivete Campos, Coordenadora Geral de Apoio às Escolas Indígenas, dessa Secretaria.

Atenciosamente,


VITÓRIA ALICE CLEAVER
Chefe da Assessoria Internacional

AO DPE


Coordenadora
Ivete para as
providências
22/11/99

Ministério da Educação
Subsecretaria de Assuntos Administrativos

MEMORANDO NÚMERO	DATA/HORA	ABERTURA
025440.1999-93	09/11/1999	11:04:34

INTERESSADO
MEC/GM/AI

PROCEDÊNCIA
MEC/GM/AI

ASSUNTO
EDUCAÇÃO INDÍGENA .PARECER SOBRE O SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS

PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO

ORIGEM	DESTINO	DATA
SEF/PROT	SEF/GAB	09/11/1999

Responder
36



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OFÍCIO/MEC/GM/AI/Nº 198 /99

Brasília, 09 de novembro de 1999.

Senhora Chefe,

Refiro-me à visita de Vossa Senhoria e do Senhor Steven N. Sheldon, representantes do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), ao Ministério da Educação, realizada no primeiro semestre de 1999, pela qual solicitam apoio ao trabalho de ensino nos meios indígenas, desenvolvido por essa Instituição, no Brasil.

2. A respeito, informo que, consultada a Coordenadoria Geral de Apoio às Escolas Indígenas, da Secretaria de Educação Fundamental deste Ministério, foram ouvidos antropólogos e lingüistas brasileiros membros do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena e da Associação Brasileira de Antropologia.

4. É de conhecimento deste Ministério que o SIL iniciou sua atuação no Brasil em uma época em que a lingüística ainda não se institucionalizara em nosso País e a educação indígena seguia o modelo tradicional, feita em português, em escolas do Serviço de Proteção aos Índios ou, ainda, por missões religiosas, por meio da transferência de responsabilidades originariamente de competência do órgão indigenista brasileiro (FUNAI).

4. Atualmente, a situação da educação escolar indígena é diversa. A transferência de responsabilidade e de coordenação das iniciativas educacionais em terras indígenas da FUNAI para o Ministério da Educação, em articulação com as Secretarias de Estado de Educação, por meio de Decreto da Presidência da República (nº 26/91), abriu a possibilidade para que as escolas indígenas fossem incorporadas aos sistemas de ensino do país, para que os então monitores bilíngües fossem formados e respeitados enquanto profissionais da educação e para que o atendimento das necessidades educacionais indígenas fossem tratadas enquanto política pública, responsabilidade do Estado.

**À Senhora
Isabel I Murphy
Chefe do Departamento de Antropologia
Sociedade Internacional de Lingüística
Brasília - DF**

5. Dessa forma, o Ministério da Educação assumiu o seu papel no processo de garantir a integridade cultural dessas populações, como órgão responsável pela condução da política educacional a ser oferecida aos índios do país. Hoje tem-se uma política definida, setor competente e conselho representativo para identificar problemas, propor soluções e orientar uma política educacional para os povos indígenas que siga determinação legal da Constituição Federal de 1988 - a estrita separação entre Igreja e Estado sem deixar qualquer dúvida quanto à natureza laica da educação no Brasil e quanto ao dever do Estado em oferecer o ensino fundamental a todos os seus cidadãos.

6. Por outro lado, o próprio Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19.12.73, no seu Capítulo 11, Artigo 58, considera *"crime contra índios e a cultura indígena escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição cultural indígenas, vilipendia-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática"*, prevendo detenção de um a três meses de prisão para o infrator. Os índios, como cidadãos, têm direito a receber uma educação de qualidade ofertada pelo poder público: eles não devem ser forçados ou seduzidos a aderirem a uma nova religião e a abandonarem práticas tradicionais e seculares para terem acesso a programas de alfabetização e letramento. Protege-se, nesse sentido, as manifestações culturais das sociedades indígenas, reconhecendo aos índios o direito de permanecerem índios, e rompendo com uma longa tradição jurídica que sempre procurou assimilar os índios, fazendo com que abandonassem suas línguas e práticas culturais.

7. Assim sendo, o Ministério da Educação tem-se mobilizado a favor de que as escolas, se necessárias e solicitadas pelo grupo indígena, sejam acompanhadas por professores que tenham conhecimento da dimensão de sua presença profissional dentro da aldeia e da necessidade de ação pedagógica que vise a autonomia dos índios em relação ao assistencialismo e ao paternalismo introduzidos pelo contato.

8. Nesse sentido, comunico que o Ministério da Educação não está em condições de fornecer o apoio solicitado por essa Instituição a suas atividades de ensino missionário nos meios indígenas no Brasil.

Atenciosamente,


VITÓRIA ALICE CLEAVER
Chefe da Assessoria Internacional
Gabinete do Ministro



MUNICÍPIO DE TABATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TABATINGA
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS, PROFESSORES E ALUNOS DA ÁREA INDÍGENA DE TABATINGA - ANO 1999

Nº	ESCOLA	COMUNIDADE	Nº DE PROFES.	Nº DE ALUNO PRÉ-ESCOLAR	PEB	ALFA	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	TOTAL
01	TCHARA	EMAÚ	01	-	-	-	08	04	03	-	-	-	-	-	15
02	UTCHUMA	IG. BELÉM DO SOLIMÕES	01	-	-	-	22	02	-	-	-	-	-	-	24
03	N.S. DO PERP. SOC. (AICUNA)	NOVA ESPERANÇA-IG.S.JEROI	01	-	-	10	22	15	09	-	-	-	-	-	56
04	DENETU WUIMEPU	TACANA	01	-	-	-	06	-	08	04	-	-	-	-	18
05	DEREGUNE	TAC.I - ÁGUA LIMPA	01	-	-	-	10	04	01	-	-	-	-	-	15
06	SÃO JOSÉ	TAC.IV - PENA PRETA	01	-	-	-	11	04	03	-	-	-	-	-	18
07	EWARE MOWATCHA	BELÉM DO SOLIMÕES	11	-	67	22	183	112	37	20	-	-	-	-	441
08	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	BELÉM DO SOLIMÕES	22	58	24	47	185	126	75	63	61	62	36	14	751
09	SANTA ELIZA	NOVO JUTAÍ	01	-	-	-	12	04	-	-	-	-	-	-	16
10	TCHOE	CAJARI II	01	-	-	05	21	12	-	-	-	-	-	-	38
11	NOVA ALEGRIA	JUTIMÃ	01	-	-	-	17	08	-	-	-	-	-	-	25
12	O'YO'I	CIG.BRANCA-IG.B.SOLIMÕES	01	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	21
13	BOM FUTURO	TACANA III - SANTA ROSA	01	-	-	-	18	07	02	01	-	-	-	-	28
14	AITCHA	CAJARI - I	01	-	-	08	26	13	05	05	-	-	-	-	57
15	AEGACU DECATUCU	UMARIAÇU	05	-	30	18	85	32	-	-	-	-	-	-	165
16	O'I TCHURUNE	UMARIAÇU	08	-	32	20	69	35	35	21	-	-	-	-	212
17	SÃO JORGE	N JORDANIA-IG.B.SOLIMÕES	01	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	23
18	MOÉ	IG.TACANA - MONTE SINAI	01	-	-	-	15	03	-	-	-	-	-	-	18
19	MONTE SINAI	TACANA - OLIVIA	01	-	-	15	03	-	-	-	-	-	-	-	18
20	MUTUCU	NOVA RESSURREIÇÃO	01	-	-	-	24	08	07	01	-	-	-	-	40
21	19 DE ABRIL	BARRO VERMELHO	02	-	-	-	22	17	08	-	-	-	-	-	47
22	AICUNA	TACANA II	02	-	-	-	25	08	03	02	-	-	-	-	38
23	RAINHA DOS APÓSTOLOS	NOVA ESPERANÇA	02	-	-	-	45	07	-	07	-	-	-	-	59
24	AIWERU	BOA VISTA	01	-	-	-	26	03	03	-	-	-	-	-	32
25	WONE	OURIQUE	01	-	-	-	32	12	08	-	-	-	-	-	52
26	N.S. DO PERPÉTUO SOCORRO	BANANAL	03	-	15	40	15	13	12	-	-	-	-	-	95
27	FREI FIDELIS	PALMARES	01	-	-	-	09	07	06	05	-	-	-	-	27
28	UL'NE	S.FERNANDO - ILHA TAUARU	01	-	-	-	07	05	04	01	-	-	-	-	17
		TOTAL GERAL	75	58	153	183	964	463	230	##	61	62	36	14	2.366

Obs.: Do total de 75 professores que atuam nas escolas indígenas de Tabatinga, 12 são professores não-índios.

Raimundo Leopardo
Coordenador de Educação Escolar Indígena



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: MATUTINO

Data: 22/11/99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Raimundo Leopardo Ferreira	Coordenador	Tabatinga
02	Gracilete das Santos Roberto	Professora	Tabatinga
03	GYALICA PAULA MARTINS FERREIRA	SR. EDUCAÇÃO	SÃO PAULO DE OLIVENÇA
04	Arifon Ramo Teurinho	AN. PEDAGÓGICO	SÃO PAULO DE OLIVENÇA
05	Aldair Nerys Ferraz	SUPERVISOR	SÃO PAULO DE OLIVENÇA
06	Soterminis Jucias Yumbato	Professora	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
07	Elis Gíscia Roguel	VICE-DESA	SANTO ANTONIO DO IÇÁ AM
08	Miguel Clutario	Veneador	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
09	Antônia Garcia Ribeiro	Dirutora	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
10	Elimer Garcia dos Santos	Assist. Administ.	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
11	Eleonice Yumbato Flores	SECRETARIA	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
12	Vanilo Maudison Abade	Professora	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
13	Aracilde Garcia Ribeiro	Dirutora	SANTO ANTONIO DO IÇÁ
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Santo Antonio do Içá(AM), 22 de novembro de 1999.

Almeida

40



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: VESPERTINO

Data: 22 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Suzete do Socorro da Costa	Secretária	St. Ant. do Içá
02	Janece Cruz de Castro	SUP. MUN. RUC	St. ANTONIO DO IÇÁ
03	Andréia Góes Ribeiro	Diretora	St. Antonio do Içá
04	Elimer Garcia dos Santos	Assist. Adm. nit.	St. Antonio do Içá
05	Cleovane Jumbato Flores	Assist. Adm. nit.	St. Antonio do Içá
06	Saturino Jumbato Jumbato	Professor	St. ANTONIO DO IÇÁ
07	Miguel Queiroz	Vereador	St. ANTONIO DO IÇÁ
08	Elis Elisio	Vereador	Santa Cruz do Içá-AM
09	Jefferson Ramos Tovarinho	Ass. Pedagógico	São Paulo de Olivença
10	Aladin Gomes Junior	Supervisor	São Paulo de Olivença
11	Carsten Paulo Martins de Almeida	SECRETÁRIO	São Paulo de Olivença
12	Fábio Manduca Almeida	Professor	St. Antonio do Içá
13	Márcia Carmo Nunes Santana	Aux. de Secretária	St. Antonio do Içá
14	Guacá Chela Amorim	Aux. de Secretária	St. Ant. do Içá
15	Márcia do Socorro Leão	Aux. de Secretária	St. Antonio do Içá
16	Gracilene das Neves Ribeiro	Professora	Tabatinga
17	Raimundo Benedito Ferreira	Coordenador	Tabatinga
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Santo Antonio do Içá(AM), 22 de novembro de 1999.

41



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: MATUTINO

Data: 23 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Saturnino Jeseu Jumbato	professor	Stº Antonio do Içá
02	ELINEY Leites Moraes	DIRETOR	Stº Antonio do Içá
03	Eleonice Jumbato Flores	SECRETARIA	Stº Antonio do Içá
04	Janete Mauduca Almeida	professor	Stº Antonio do Içá
05	Graciele dos Santos Roberto	professora	Tobatinga
06	Maria do Socorro de Jesus	Coordenadora	Santo Antonio do Içá
07	Mª da Carmo M. Santana	Coordenadora	Stº Antonio do Içá
08	Jucaci Chata Amorim	Diretora	Stº Antº do Içá
09	Mordeste do S. de Silva	Diretora	Stº Antº do Içá
10	Alair Levy Ferraz	Supervisor	S. P. Olivença
11	Orizon Romo Torquato	Coordenador	S. P. Olivença
12	Fidel Cordeiro Francisco	Professor	Stº Antonio do Içá
13	Francisco Garcia Filho	Professor	Stº Antonio do Içá
14	Mauriceia de Souza Batista	Professora	Stº Antonio do Içá
15	Andreia Garcia Ribeiro	Diretora	Stº Antonio do Içá
16	Francisco da Silva	professor	Stº Antonio do Içá
17	Suzete do Socorro R. da Costa	Secretaria	Stº Antº do Içá
18	Glauce Cruz de Castro	IMP. MUN. EDUC.	Stº ANTONIO DO IÇÁ
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Santo Antonio do Içá (AM), _____ de _____ de 1999.

42



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

TURNO: VESPERTINO

DATA 23/11/99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Gracilene das Santas Roberto	Professora	Tobatinga
02	Maria do Socorro Leão	Assessoria Secretária	Santa Raimunda do Itá
03	Mrs. do Carmo Nunes Santana	Coord. de Secretarias	Santa Antonia do Itá
04	Juraci Rêbala Amorim	Aux. de Secretaria	Sto. Ant. do Itá
05	Elizete Lemos Moraes	Assessoria	Sto. Ant. do Itá
06	Aldair Nerys Ferrin	Supervisor	S. P. Olivença
07	Orilson Basso Taurino	Ass. Pedagógico	S. P. Olivença
08	Flaci Cordeiro Xavier	Professor	Sto. Antonio do Itá
09	Edilmar Garcia dos Santos	Assist. Administrativo	Sto. Antonio do Itá
10	Jaqueline Claudina Oliveira	Professora	Sto. Antonio do Itá
11	Marcosia Jumbato Flores	Secretaria	Sto. Antonio do Itá
12	Mauriceia de Souza Batista	Professora	Sto. Antonio do Itá
13	Andreia Garcia Ribeiro	Diretora	Sto. Antonio do Itá
14	Francisca da Silva	Professora	Sto. Antonio do Itá
15	Fuzete do Socorro R. das Flores	Secretaria	Sto. Ant. do Itá
16	Alexandre Garcia Ribeiro	Professora	Santa Antonia do Itá
17	Stevenc C. Castro	Supervisor	Sto. Antonio do Itá
18	Práximo de Ciccardo Ferrin	Coordenador	Caratinga
19	Guilherme Paulo Martins Ferrin	Secretario	São Paulo Olivença
20	Elis Lisio	Vereador	Sto. Antonio do Itá
21			
22			
23			
24			
25			



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: MATUTINO

Data: 24 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Emoélia Garcia Ribeiro	Dirigora	Stº Antonio do Içá
02	Suzete de Souza R. da Costa	Secretária	Stº Antº do Içá
03	Francisco da Silva	professor	St. Antonio do Içá
04	Luiz C. Costa	SUPERV.	Stº ANTONIO DO IÇÁ
05	Clémice Zumbato Flores	Secretária	Stº Antonio do Içá
06	Janito Manduca Almeida	professor	Stº Antonio do Içá
07	Proêmio Garcia Filho	professor	Stº Antonio do Içá
08	Alaí Candeiro Azeiteiro	professor	Stº Antonio do Içá
09	Paulo Roberto Tourinho	Doc. Pedagógico	São Paulo de Olivença
10	Antônio José Firmin	supervisor	São Paulo de Olivença
11	Satuenino Juvenio Zumbato	professor	Stº Antonio do Içá
12	ELIENE G. M. COSTA	professor	Stº Antonio do Içá
13	Gracilene dos Santos Tabento	professor	Tabatinga
14	Maria de Socorro Leão	Secretária	Stº Antonio do Içá
15	Luiz Chata Amorim	Dux. Secretária	Stº Antonio do Içá
16	Raimundo Leopardo Ferreira	Coordenador	Tabatinga
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Santo Antonio do Içá(AM), 24 de novembro de 1999.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: VESPERTINO

Data: 24/11/99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Gracileti dos Santos Roberto	Professora	Tabatinga
02	Jureci Rêda Amorim	Coord. Secretária	Stº Antº do Içá
03	Leopoldina Rêbello Nascimento	Professora	Stº Antº do Içá
04	Mª do Carmo Nunes Dautava	Coord. Secretária	Stº Antonio do Içá
05	Domiziana Garcia Gonçalves	Professora	Stº Antonio do Içá
06	Pracelmas Romões Leão	Professora	Stº Antonio do Içá
07	Melônia Campello Lourenço	Professora	Stº Antonio do Içá
08	Francisco da Silva	Professor	Stº Antonio do Içá
09	Maurícia de Souza Batista	Professora	Stº Antonio do Içá
10	ROZIE ANDRADE NUNES	Professora	Stº Antonio do Içá
11	Cordeiro Castro de Souza	Professora	Stº Antonio do Içá
12	Elizângela Garcia da Silva	Coord. Secretária	Stº Antonio do Içá
13	Paula Machado	Professora	Stº Antonio do Içá
14	Alnei Cordeiro Aparecido	Professora	Stº Antonio do Içá
15	Bruno Marcos Lourenço	Professora	Stº Antonio do Içá
16	Eldange Gouveia Garcia	Professora	Stº Antonio do Içá
17	Brilzete Ferreira dos Santos	Professora	Stº Antonio do Içá
18			
19	Francisco Garcia Filho	Professor	Stº Antonio do Içá
20	Elimar Garcia dos Santos	Assist. Administ	Stº Antonio do Içá
21	Maria Antônia Xavier da Silva	Professora	Stº Antonio do Içá
22	Marcia de Aguiar Leão	Coord. Secretária	Stº Antonio do Içá
23	Daimundo dos Passos Ferreira	Coordenador	Tabatinga
24			
25	Franco Mauluca Haide	professor	Stº Antonio do Içá

26 Lendireia Garcia Ribeiro

27 - Cleonice Gumbato Flores Secretária

Santo Antonio do Içá(AM), 24 de novembro de 1999.

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: MATUTINO

Data: 25/11/99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	ROCELER MAGALHÃES FERREIROS	SUB-SECRETÁRIO	TARATINHA
02	Lucrecia C. Castro	SUPERV.	St: Antonio do Içá
03	Suzete do Socorro R. da Costa	Secretária	St: ant: do Içá
04	Francisco da Silva	professor	St. cent: do Içá
05	Andreia Garcia Albuquerque	professora	St: Antonio do Içá
06	Mauriceia de Souza Batalha	professora	St: Antonio do Içá
07	Lucas Pastror de Souza	Professor	St: Antonio do Içá
08	Manassés Granjeiro Filho	Professor	St: Antonio do Içá
09	MICHEL ANDRADE NUNES	Professor	St: Antonio do Içá
10	Paula Maria dos	Professor	St: Antonio do Içá
11	Paulo Roberto Alcântara	Professor	St: Antonio do Içá
12	Roberto Gomes de Sá	Professor	St: Antonio do Içá
13	Edvani Gonçalves Garcia	Professora	St: Antonio do Içá
14	Enilzete Fortes Santos	professora	St: Antonio do Içá
15	Elaine de Sá	professora	St: Antonio do Içá
16	Melânia Carmalho Gonçalves	Professora	Santa Antonia do Içá
17	Poncemax Ramires Lourenço	Professora	Santa Antonia do Içá
18	Thaís Vitória Xavier da Silva	Professora	Santa Antonia do Içá
19	Comunicadora Garcia Gomenes	Professora	Santa Antonia do Içá
20	Márcia do Carmo Nunes Santana	Coordenadora	St. Antonio do Içá
21	Repêtua Rabelo Nascimento	Professora	St: Antonio do Içá
22	Juraci Chota Amorim	Coordenadora	St: Antonio do Içá
23	Marcia da Proença Lourenço	Coordenadora	St: Antonio do Içá
24	Gracilene dos Santos Roberto	Professora	Tshatingá-Am.
25	Raimundo Leopoldo Ferreira	Coordenador	Tararatinga - Am

46

Santo Antonio do Içá(AM), 25 de novembro de 1999.

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: VESPERTINO

Data: 25 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Graciete dos Santos Roberto	Professora	Tabatinga - Am
02	Juraci Ebita Amorim	Cux. de secretaria	Stº Antº do Içá
03	Esperina Rebelo Nascimento	Professora	Stº Antonio do Içá - Am
04	ELINEY / ALVES / MARI		Stº ANTº IÇÁ
05	Domenina Gouveia Gouveias	Professora	Stº Antº Içá
06	Chaudney dos Reis Gouveias	Professor	Santa Antonio do Içá
07	Luciano / Gouveias		Stº Antonio do Içá
08	Emiliete Ferreira dos Santos	Professora	Stº Antonio do Içá
09	Marcelo / Gouveias / Gouveias		Stº Antonio do Içá
10	Marcelo Milton Xavier do Silva	Professor	Santa Antonia do Içá
11	Conceição Ramos Gouveias	Professora	Santa Antonia do Içá
12	Mariana Gouveias Gouveias	Professora	Santa Antonia do Içá
13	Renata Gouveias	Professora	Santa Antonia do Içá
14	José Bastos de Souza	Professor	Stº Antonio do Içá
15	Francisco Garcia Filho	Professor	Stº Antonio do Içá
16	Francisco / Gouveias / Gouveias		Stº Antonio do Içá
17	Mauriceia de Souza Batista	Professora	Stº Antonio do Içá
18	Andreia Garcia Roberto	Diretora	Stº Antonio do Içá
19	Luís / Gouveias		Stº Antonio do Içá
20	Suzete de Souza R. da Costa	Secretária	Stº Antº do Içá
21	Camilo Mendes Alvide	Professor	Stº Antonio do Içá
22	Francisco da Silva	Professor	Stº Antonio do Içá
23	Cláudia Gumbata Flores	Secretária	Stº Antonio do Içá
24			
25			

47

Santo Antonio do Içá (AM), 25 de novembro de 1999.

Almeida



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: MATUTINO

Data: 26 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO
01	Emilzete Ferreira dos Santos	Assistente	Sto Antonio do Içá
02	Maria Vitória Lemos da Silva	Professora	Santa Antonia do Içá
03	Conceição Ramires Leão	Professora	Santa Antonia do Içá
04	Marilene Gonçalves de Jesus	Professora	Santa Antonia do Içá
05	Elaine Moura Garcia	Professora	Santa Antonia do Içá
06	Patricia Inácio	Professora	Sto Antonio do Içá
07	Amimundo de Repardo Ferreira	Coordenador	Vatatinga AM
08	Ronaldo Magalhães Fernandes	SUB-SECRETARIO	TABATINGA
09	Graciele dos Santos Ribeiro	PROFESSORA	TABATINGA AM
10	Valeria Maria Costa	PROFESSORA	Sto Antonio do Içá
11	Adriana da Silva	Professora	Mun. Antonio do Içá
12	Luciana da Silva	Aux. de secretaria	Sto Antonio do Içá
13	Reginete Rabelo Nascimento	Professora	Sto Antonio do Içá AM
14	Claudiney Lopes Cavau	Professor	Sto Antonio do Içá
15	Cleonice Juninho Flores	Secretaria	Sto Antonio do Içá
16	Jorge Castro de Souza	Professor	Sto Antonio do Içá
17	Wagner Gomes Nicácio	DIRETOR	Sto Antonio do Içá
18	Francisco Pereira Filho	Professor	Sto Antonio do Içá
19	Wagner Flores Lourenço	Professor	Sto Antonio do Içá
20	Robson Alves Teixeira	Supervisor	S. P. Olivença
21	Alvina Nerys Ferraz	Supervisor	S. P. Olivença
22	Carla Paula de Souza	Secretaria	S. P. Olivença
23	Mauriceia de Souza Batalha	Professora	Sto Antonio do Içá
24	Franci Moura Almeida	Professora	Sto Antonio do Içá
25	Francisco da Silva	Professor	Sto Antonia do Içá
26	Leandra Garcia Ribeiro	Diretora	Sto Antonio do Içá
27	Domiciana Garcia Guedes	Professora	Sto Antonio do Içá

Santo Antonio do Içá(AM), de

de 1999.

28. Elmar Garcia dos Santos

Assist. Adm.

Sto Antonio do Içá

29. ...

...

...



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO/COE
Gerência de Educação Escolar Indígena

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DAS SEMED'S NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FOLHA DE FREQUÊNCIA

Turno: VESPERTINO

Data: 26 / 11 / 99

Nº	NOME	FUNÇÃO	MUNICIPIO
01	En. Larta Ferreira dos Santos	professora	Sto Antonio do Itá
02	Conceição Raimires João	professora	Sto Antonio do Itá
03	Elange Gouvêa Gouveia	professora	Sto Antonio do Itá
04	Melânia Raimires Gouveia	professora	Santo Antonio do Itá
05	Fátima Lúcia	professora	Sto Antonio do Itá
06	Elaine de Fátima da Silva	professora	Santo Antonio do Itá
07	Edimundo Leopardo Ferreira	coordenador	Tabatinga - AM
08	Rayce Marcelina Fernandes	professora	Tabatinga
09	Lucas C. Costa	supervisor	Sto Antonio do Itá
10	Guilherme dos Santos Ribeiro	professor	Tabatinga
11	Tomilza Wander	professora	Santo Antonio do Itá
12	Lucas Chela Amorim	Coord. de Secretaria	Sto Ant: do Itá
13	Perpetua Rabelo Nascimento	professor	Sto Antonio do Itá
14	Claudiney Lofego Ragan	professor	Sto Ant: do Itá
15	Arnonice Jumbato Flores	secretária	Sto Ant: do Itá
16	Terceira Pastre de Souza	professor	Sto Antonio do Itá
17	ELINEZ LUCAS ALVES	professora	Sto ANTONIO DO ITÁ
18	Francisco Garcia Filho	professor	Sto Antonio do Itá
19	Alma Maria Salazar	professora	Sto Antonio do Itá
20	Neuza Viana de Almeida	professora	Sto Antonio do Itá
21	Guilherme Paulo M. FERREIRA	secretário	Sto Antonio do Itá
22	Albair Alves Ferreira	supervisor	S. P. Alvarães
23	Mauriceia de Souza Batista	professora	Sto Antonio do Itá
24	Francisca da Silva	professora	Sto Antonio do Itá
25	Suzete do Socorro R da Costa	secretária	Sto Ant: do Itá
	Jaúto Francisco da Silva	professor	Sto Antonio do Itá
	Domerciana Garcia Gouveia	professora	Sto Ant: do Itá

Santo Antonio do Itá (AM), de

de 1999.

Elmar Garcia dos Santos
Andréia Garcia Ribeiro

Assist. Admin.
Diretor

Santo Antonio do Itá
Sto Antonio do Itá

CONTROLE GERAL DE FREQUÊNCIA

Nº	PARTICIPANTES	22		23		24		25		26		FUNÇÃO	MUNICÍPIO
		M	V	M	V	M	V	M	V	M	V		
01	Aldair Nery Fermin	F	F	F	.	.	Supervisor	São Paulo de Olivença
02	Andréia Garcia Ribeiro	Diretora	Santo Antônio do Içá
03	Arenaide Garcia Ribeiro	.	.	F	.	F	F	F	F	F	F	Diretora	Santo Antônio do Içá
04	Arlison Ramos Tourinho	F	F	F	.	.	As. Pedagógico	São Paulo de Olivença
05	Ataci Cordeiro Aparício	/	/	F	.	.	Professor	Santo Antônio do Içá
06	Bruno Flores Salvador	/	/	/	/	/	Professor	Santo Antônio do Içá
07	Claudiney Lafiego Cacau	/	/	/	/	/	/	/	.	.	.	Professor	Santo Antônio do Içá
08	Cleonice Jumbato Flores	F	.	.	.	Aux. de Sec.	Santo Antônio do Içá
09	Conceimar Ramires Leão	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
10	Domiciana Garcia Gonçalves	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
11	Edivão Garcia da Silva	/	/	/	/	/	.	F	F	F	F	Professor	Santo Antônio do Içá
12	Elange Gouveia Garcia	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
13	Elimar Garcia dos Santos	.	.	F	.	F	.	F	F	.	.	Ass. Administ.	Santo Antônio do Içá
14	Eliney Lemos Moraes	/	/	.	.	.	F	F	.	.	.	Diretor	Santo Antônio do Içá
15	Elis Olisio Isaque	.	.	F	.	F	F	F	F	F	F	Vereador	Santo Antônio do Içá
16	Enilzete Ferreira dos Santos	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
17	Fanito Manduca Ataíde	F	.	.	.	Professor	Santo Antônio do Içá
18	Francisco da Silva	/	/	Professor	Santo Antônio do Içá
19	Francisco Garcia Filho	/	/	.	F	Professor	Santo Antônio do Içá
20	Gracilete dos Santos Roberto	Professora	Tabatinga
21	Gualter Paulo Martins Fermin	.	.	F	.	F	F	F	F	.	.	Sec. de Educ.	São Paulo de Olivença
22	Jáffio Salvador	/	/	/	/	/	Professor	Santo Antônio do Içá
23	Jânece Cuy de Castro	F	Supervisor	Santo Antônio do Içá
24	Jorge Castro de Souza	/	/	/	/	/	Professor	Santo Antônio do Içá
25	Juraci Chota Amorim	Aux. de Sec.	Santo Antônio do Içá
26	Maria do Carmo Nunes Santana	F	.	.	F	F	F	Aux. de Sec.	Santo Antônio do Içá
27	Maria do Socorro Leão	F	F	F	Aux. de Sec.	Santo Antônio do Içá
28	Maria Vitória Xavier da Silva	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
29	Mauricéia de Souza Batalha	/	/	.	.	F	Professora	Santo Antônio do Içá
30	Melânia Carvalho Gouveia	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
31	Miguel Eleutério	.	.	F	F	F	F	F	F	F	F	Vereador	Santo Antônio do Içá
32	Modestino O. da Silva	/	/	.	F	F	F	F	F	F	F	Professor	Santo Antônio do Içá
33	Perpétua Rabelo Nascimento	/	/	/	/	/	Professora	Santo Antônio do Içá
34	Raimundo Leopardo Ferreira	.	.	F	Coor. Indígena	Tabatinga
35	Rodolfo Magalhães Fernandes	/	/	/	/	/	Sub. S. Educ.	Tabatinga
36	Roque Andrade Nunes	/	/	/	/	/	.	.	.	F	F	Professor	Santo Antônio do Içá
37	Saturnino Jesuíno Jumbato	.	.	.	F	.	F	F	F	F	F	Professor	Santo Antônio do Içá
38	Suzete do Socorro Ribeiro da Costa	Sec. de Educ.	Santo Antônio do Içá
39	Terri Salvador	/	/	/	/	/	Professor	Santo Antônio do Içá

OBSERVAÇÃO:

- A barra (/) utilizada nesta relação, indica o momento em que os referidos participantes ainda não haviam ingressado no Evento.

V. BIBLIOGRAFIA

1. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. MEC/CNE/Câmara de Educação Básica, 1999;
2. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena/ Cadernos de Educação Básica. Volume II. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1993;
3. FUNAI/Diretoria Executiva de Políticas Setoriais/Coordenação Geral de Educação/Bases Legais e Conceituais da Educação Intercultural;
4. MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. Brasília: Edunb, São Paulo: Hucitec, 1993;
5. NISKIER, Arnaldo. LDB: A Nova Lei da Educação: tudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro, 1996;
6. O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena (1995-1998). Brasília: MEC/SEF/DPEF/CGAEI, 1998;
7. PROJETO EDUCAÇÃO TICUNA/Curso de Formação de Professores Ticuna/Habilitação para o Magistério/OGPTB. Benjamin Constant-AM, 1993;
8. PROJETO PIRA-YAWARA/Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado do Amazonas, IER-AM/SEDUC. 1998;
9. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. São Paulo, Editora Ática, 1994;
10. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/RCNE-Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1998;
11. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995;
12. SILVA, Rosa Helena da. Relação entre Povos Indígenas e Estado Nacional: política e legislação indigenista no Brasil, texto mimeografado, 1998.

